



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 11/2012

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcútem*

*Realizada em 13 de junho de 2012*

----- Aos treze dias do mês de junho de dois mil e doze, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Francisco Augusto Caimoto Amaral, José D'Assunção Pereira Galrito, José Carlos da Palma Pereira, Osvaldo dos Santos Gonçalves e Hugo Miguel Gago Barradas, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 10/2012, da reunião pública ordinária realizada no dia 23 de maio de 2012, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º113) respeitante ao dia 12 de junho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 2320.837,07 (dois milhões, trezentos e vinte mil, oitocentos e trinta e sete euros e sete cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 1.980.590,99 (um milhão, novecentos e oitenta mil, quinhentos e noventa euros e noventa e nove cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 335.630,72 (trezentos e trinta e cinco mil seiscentos trinta euros e setenta e dois cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ALTERAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL CABAÇOS – LIMITE DO CONCELHO – Aprovação:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração do Projeto de Execução do Caminho Municipal Cabaços – Limite do Concelho, Processo de Concurso, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE PARECER – Requerente: Margarida Correia – Cortes Pereiras:** Foi presente um requerimento de Margarida Correia, solicitando parecer para efeitos do disposto do artigo 54º da Lei n.º 91º/95º de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição em regime de compropriedade dos seguintes prédios rústicos: -----

----- Prédio Rústico descrito na secção nº.135 e artigo matricial nº.3 com 0,012000 ha sito em Barranco das Pereiras, Freguesia de Alcoutim.-----

----- Prédio Rústico descrito na secção nº.040 e artigo matricial nº.106 com 0,036000 ha sito em Areeiro, Freguesia de Alcoutim.-----

----- Prédio Rústico descrito na secção nº.023 e artigo matricial nº.68 com 0,824000 ha sito em Caldeirinha, Freguesia de Alcoutim.-----

----- Prédio Rústico descrito na secção nº.038 e artigo matricial nº.23 com 0,984000 ha sito em Cerro Gordo, Freguesia de Pereiro.-----

----- Prédio Rústico descrito na secção nº.029 e artigo matricial nº.66 com 0,072000 ha sito em Barranquinho, Freguesia de Pereiro.-----

----- Prédio Rústico descrito na secção nº.038 e artigo matricial nº.11 com 0,748000 ha sito em Chada Fria, Freguesia de Pereiro, em nome de Luísa Maria Porfírio, e que se destina, segundo informações do requerente, para fins agrícolas. -----

----- O referido prédio rústico será composto por 2 (dois) partes, cabendo  $\frac{1}{2}$  a Carlos Porfírio Gonçalves e  $\frac{1}{2}$  a António Profiro Gonçalves da Fonseca. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA / ANO 2012:** Foram presentes os documentos em epígrafe. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira usou da palavra para referir que esta revisão tem por objetivo incluir o saldo de 2011 no orçamento de 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos em apreço, bem como submeter os mesmos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto do artigo 53.º n.º 2 da alínea b), da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana:** Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, que visa estabelecer as atividades a desenvolver no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional, designadamente através da comparticipação financeira a transferir no período de vigência de um ano, até ao valor máximo de € 18.832,89 (dezoito mil, oitocentos e trinta e dois euros e oitenta e nove cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE VAQUEIROS:** Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com o objetivo de fazer face às despesas efetuadas nas comemorações do 1º de maio nos Bentos, através da comparticipação financeira no valor de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) -----

----- Posto o assunto á votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURA, DESPORTO E ARTE DOS BALURCOS;** Foi presente uma minuta do acordo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de uma comparticipação financeira anual de € 115.930,00 (cento e quinze mil, novecentos e trinta euros), para fazer face a despesas de

funcionamento do Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário dos Balurcos. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira esclareceu que foi necessário submeter novo acordo de colaboração à câmara, uma vez que o Tribunal de Contas recusou o visto de empréstimo para a construção da Lar dos Balurcos, referindo no relatório apresentado, nos termos da nova Lei das Finanças Locais, que a câmara não pode contrair empréstimos para construção de equipamentos que não sejam da sua propriedade, sendo o Lar propriedade da Associação de Solidariedade dos Balurcos, o empréstimo tem de ser da responsabilidade da própria associação, contudo a câmara, continuará a garantir o apoio necessário para o funcionamento do Lar. Refere ainda que também foram consultados os Gabinetes Jurídicos da Associação Nacional de Municípios, da AMAL e da CCDR, que confirmaram o parecer apresentado pelo Tribunal de Contas. Também foram consultados alguns exemplos de lares que estão a ser construídos nos mesmos moldes e verificou-se que os que iniciaram a sua construção recentemente, também já foram as próprias associações a contrair o empréstimo, apresentando como exemplo a Unidade de Cuidados Continuados do Azinhal. Refere ainda que esta obra tem garantia de financiamento através da candidatura ao POPH que já foi aprovada, bem como o apoio garantido por parte da Segurança Social. No que diz respeito à garantia do empréstimo, já foi confirmado por parte da instituição bancária (Caixa de Crédito Agrícola), com algumas contrapartidas, nomeadamente a hipoteca do edifício. Termina a sua intervenção referindo que este acordo de colaboração será submetido anualmente à câmara, de acordo com a repartição de encargos, da Lei dos Compromissos. ---

----- O Senhor Presidente não participou na votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 90 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- Posto o assunto á votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMÍLIAS CARENCIADAS – Proc. N.º1/2012:** O assunto foi retirado. A proposta da

retirada deste ponto foi aprovada por unanimidade. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMÍLIAS CARENCIADAS – Proc. N.º2/2012:** O assunto foi retirado. A proposta da retirada deste ponto foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO:** -----

----- **APOIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PAVILHÃO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA LAR E BOMBEIROS DE ALCOUTIM EM MONTE GORDO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Associação Humanitária Lar e Bombeiros Voluntários de Alcouthim no valor de € 1.000,00 (mil euros), para assegurar a implementação do pavilhão no Parque de Campismo de Monte Gordo durante a época Balnear de 2012. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **GRITO D’ALEGRIA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DOS AMIGOS DE GIÕES: Pedido de Isenção de Taxa; Licença especial de ruído para espetáculos:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espetáculos, para as festas anuais a realizar nos dias 10 e 11 de Agosto de 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da taxa, nos termos do n.º2 do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças deste Município. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **INTER-VIVOS – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE**

**ALGARVIO: Pedido de Isenção de Taxa; Licença especial de ruído para espetáculos:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espetáculos, para o Arraial dos Santos Populares a realizar no dia 16 de junho 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da taxa, nos termos do n.º2 do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças deste Município. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSOCIAÇÃO UNIDOS DOS MONTE: Pedido de Isenção de Taxa;**

**Licença especial de ruído para espetáculos:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espetáculos, para a Festa Anual a realizar no dia 21 de julho 2012. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da taxa, nos termos do n.º2 do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças deste Município. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM:**

Foi presente uma proposta de protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, que visa garantir o eficaz funcionamento do DECIF – 2012 no Concelho de Alcoutim. Minimizando a ocorrência de danos provocados pela época de fogos. O Município procederá à transferência do montante de € 15.000,00 (quinze mil euros) para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE - Ratificação:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do despacho de validação do Plano de Segurança e Saúde de 06 de junho de 2012, nos termos do disposto no n.º3 do art.º68 da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BARRADA – Validação do Plano de Segurança e Saúde:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda à validação da atualização do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada acima referida, bem como que se dê conhecimento do mesmo às partes interessadas. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas

e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Alcouthim, que a redigi. -----

O Presidente

A Secretária